



G5 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ 51.212.088/0001-46

Carta de Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em consonância com as regras estabelecidas na Resolução BCB no 2/2020, a **G5 Sociedade de Crédito Direto S.A.**, Instituição individual, está disponibilizando, por meio deste arquivo, as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2025.

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado;
- Demonstração Resultado abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório dos Auditores Independentes.

Essas demonstrações têm como objetivo atender ao documento 9010 do Banco Central do Brasil.

Demonstrações divulgadas no site <https://www.g5pay.com.br>.

A Diretoria da **G5 Sociedade de Crédito Direto S.A.** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

GILIARDI DOS

SANTOS:00643712984

Assinado de forma digital por
GILIARDI DOS SANTOS:00643712984
Dados: 2026.04.07 08:34:18 -03'00'

Diretor
Giliardi Dos Santos

Gilson Cesar da

Silva:62104039991

Assinado de forma digital por
Gilson Cesar da Silva:62104039991
Dados: 2026.04.13 08:57:39 -03'00'

Diretor
Gilson Cesar da Silva

Paulo Eduardo Pereira

CRC – 030018/O-3



TERMO DECLARATÓRIO

Giliardi dos Santos, brasileiro, empresário, residente e domiciliado em Florianópolis-SC e Gilson Cesar da Silva, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, assumem inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaram estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Março de 2026.

GILIARDI DOS Assinado de forma digital por GILIARDI DOS

SANTOS:0064 SANTOS: 0.43712984
Dados: 2026.04.07

3712984 08:34:43 -03'00'

Diretor
Giliardi Dos Santos

Gilson Cesar da Assinado de forma digital por

Silva:62104039991 Gilson Cesar da Silva:62104039991
Dados: 2026.04.13 08:58:14 -03'00'

Diretor
Gilson César da Silva



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: **G5 Sociedade de Crédito Direto S.A.**, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Pretendemos para o próximo semestre manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria



G5 - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 51.212.088/0001-46

BALANÇO PATRIMONIAL					
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
ATIVO		NE	31/12/2025	PASSIVO	
				NE	31/12/2025
CIRCULANTE			10.254	CIRCULANTE	
Disponibilidades			55	Depósitos	
				Conta Pré Paga	
				1.044	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez			1.076	Outras obrigações	
Títulos Públicos Federais			1.076	Cobrança e Arrec. de Tributos e Assemelh.	
				Fiscais e Previdenciárias	
				38	
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos		5	730	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Cotas de Fundo Investimento			730	Capital Social	
				9	
				9.184	
Relações Interfinanceiras		6	3.937	Capital Social	
Créditos Vinculados			3.937	Capital	
				9.231	
Operações de crédito		7	4.397	Aumento de Capital	
Operações de crédito			4.503	Lucros/(Prejuízos) acumulados	
(-)Provisões p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito			-106	0	
				-47	
Outros Créditos			59		
Negociação e Intermediação de valores			53		
Diversos			6		
NÃO CIRCULANTE			14		
Permanente		8	14		
Outras Imobilizações de Uso			4		
Outros Ativos Intangíveis			23		
(-) Depreciações/Amortizações Acumuladas			-13		
TOTAL DO ATIVO			10.268	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO	
				10.268	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



G5 - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 51.212.088/0001-46

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	NE	07/2025 A 31/12/2025	01/2025 A 31/12/2025
Receitas da Intermediação Financeira		<u>601</u>	<u>945</u>
Operações de crédito		510	722
Resultado com operações títulos e valores mobiliários		168	266
Reversão de Provisão para crédito de liquidação duvidosa		-77	-43
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		<u>601</u>	<u>945</u>
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		<u>-253</u>	<u>-552</u>
Receitas de prestação de serviços		263	531
Outras despesas administrativas	10	-814	-1.600
Despesas tributárias	11	-77	-135
Outras receitas operacionais		375	653
Outras despesas operacionais		0	-1
Resultado Operacional		<u>348</u>	<u>393</u>
Resultado Não Operacional		<u>-2</u>	<u>-2</u>
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		<u>346</u>	<u>391</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social		<u>-71</u>	<u>-73</u>
Provisão para imposto de renda		-46	-47
Provisão para contribuição social		-25	-26
Lucro (Prejuízo) Líquido		<u>275</u>	<u>318</u>
Lucro (Prejuízo) por ação		<u>0,0298</u>	<u>0,0344</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



G5 - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 51.212.088/0001-46

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	07/2025 A	01/2025 A
	31/12/2025	31/12/2025
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	275	318
Outros Resultados Abrangentes	0	49
Resultado Abrangente do Período	275	367
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		



G5 - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 51.212.088/0001-46

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais		
Saldos em 30 de Junho de 2025	11.238	0	0	-321	10.917
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	0	0	0	0	0
2 - Aumento de Capital	-2.007	0	0	0	-2.007
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	0	0	0	274	274
4 - Destinações:	0	0	0	0	0
- Reserva Legal	0	0	0	0	0
- Reservas Estatutárias	0	0	0	0	0
- Dividendos	0	0	0	0	0
5 - Reversões de Dividendos/JCP	0	0	0	0	0
Saldos em 31 de dezembro 2025	9.231	0	0	-47	9.184
Mutações do Exercício	-2.007	0	0	274	-1733

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais		
Saldos em 31 de Dezembro 2024	9.231	0	0	-314	8.917
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	0	0	0	0	0
2 - Aumento de Capital	0	0	0	0	0
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	0	0	0	267	267
4 - Destinações:					
Saldos em 31 de Dezembro 2025	9231	0	0	-47	9.184
Mutações do Exercício	0	0	0	267	267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



G5 - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 51.212.088/0001-46

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	07/2025 A 31/12/2025	01/2025 A 31/12/2025
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais		
1.1 Lucro/Prejuízo do período	275	318
1.2 Ajustes por Depreciação	2	5
1.3 Ajustes por Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	75	89
1.4 Ajustes Realizados em Operações de Créditos	0	-49
2. Variação de Ativos e Obrigações	2.555	-301
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	1.557	868
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	-515	-1.135
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	26	-49
2.4 (Aumento) Redução dos Ativos: Relações Interfinanceiras	1.464	0
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos: Outras Obrigações	23	15
2.7 Aumento (Redução) Diversos	0	0
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	2.907	62
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	0	0
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	-1.876	1.041
5.1 Depósitos	131	1.041
5.4 Capital Social/Reservas	-2.007	0
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	1.031	1.103
7. Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	101	28
8. Caixa e equivalente de caixa no final do semestre/exercício	1.132	1.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **G5 Sociedade de Crédito Direto S.A.** é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 18 de maio de 2023 através do despacho Bacen 12.404/2023.

A Companhia tem como objeto social:

- (i) a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios, exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio;
- (ii) a análise de crédito para terceiros;
- (iii) a cobrança de crédito, inclusive para terceiros;
- (iv) a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações mencionadas item (i), por meio de plataforma eletrônica.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN.

A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme



estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras.

Conforme estabelecido no artigo 79 da Resolução CMN 4966 de 25/11/2021, as instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Sociedade, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

A administração avaliou a capacidade da Sociedade em iniciar e continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de iniciar e continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras de Sociedade foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade e foram aprovadas em 05 de março de 2026.

A **G5 Sociedade de Crédito Direto S.A.** avaliou os eventos subsequentes até o dia 05 de março de 2026, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regimento de competência, observando-se critérios “pro-rata” dia para aquelas de natureza financeira.

b) Caixa e equivalentes de caixa:

Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.



c) Instrumentos financeiros

Títulos e Valores Mobiliários: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar.

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: Esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução BCB nº 352 do e legislação complementar.

d) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivo Contingentes- são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.



Não há no momento ativos, passivos contingentes e obrigações legais em qualquer situação envolvendo a Sociedade.

e) Ativo e Passivo circulante e exigível a longo prazo

Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: são apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Provisões: uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

f) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34, inciso V e §§ 4º e 5º passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Observado esse regramento, salienta-se que no semestre findo em 31 de dezembro de 2025 não houve a ocorrência de resultados não recorrentes.

g) Impostos de renda, contribuição social, PIS e COFINS

Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social, quando existentes, compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente.

As despesas com PIS e COFINS, quando existentes, são calculadas sobre as receitas sendo as alíquotas aplicadas de 0,65% e 4% respectivamente para as receitas auferidas.



h) Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das práticas contábeis. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Não há estimativas e suas premissas importantes requeridas nessas demonstrações financeiras.

A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos semestralmente conforme determinado pelas regras contábeis.

i) Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto.

4. INSTRUMENTOS IFRS 9 E RESOLUÇÃO 4966/2021

a) Introdução

A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições do Segmento S5. Esta norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

b) Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base:

- no modelo de negócios da instituição; e
- nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).

Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais.



- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para receber fluxos de caixa e também para venda eventual.
- Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): ativos mantidos para negociação ativa ou cujos fluxos de caixa não são compostos apenas por principal e juros.

A instituição utiliza método de juros efetivo para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

c) Modelo de Negócios e Classificação dos Ativos

A instituição classifica seus ativos de acordo com o seguinte modelo de negócios:

Tipo de Ativo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Operações de crédito – carteira própria	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Operações de crédito cedidas	Venda com transferência substancial	Valor Justo no Resultado
CDBs	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado
Fundos de renda fixa	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – negociação	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – mantidos	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado

d) Teste de SPPJ

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.



e) Reconhecimento de Receita

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

f) Stop Accrual – Suspensão do Reconhecimento de Receita

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencido.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

g) Provisão para Perdas Esperadas

Operações de Crédito

A instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S5, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera:

- Classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias;
- Faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

Demais Ativos Financeiros

Ativos classificados ao valor justo não requerem provisão, pois o risco já se reflete mensalmente nas variações do valor justo. Para ativos ao custo amortizado, a provisão é constituída somente em caso de inadimplência identificada.



h) Renegociação e Reestruturação de Ativos Financeiros

A instituição adota critérios distintos para renegociação e reestruturação:

- Renegociação: alterações contratuais (prazo, taxa, vencimento), desde que não comprometam a expectativa de recebimento integral.
- Reestruturação: ajustes mais amplos para recuperar créditos inadimplidos, podendo envolver carência, perdão parcial, ou alteração substancial das condições.

Tais eventos são acompanhados e reavaliados periodicamente quanto à recuperação do valor do ativo.

i) Divulgação de Riscos Financeiros

Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de:

- Políticas de crédito;
- Monitoramento permanente da carteira;
- Análise de concentração e inadimplência;
- Testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários seguem a seguinte composição:

	31/12/2025
Títulos e Valores Mobiliários	730
Cotas de Fundos de Investimento – Curto Prazo	730

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

As Relações Interfinanceiras seguem a seguinte composição:



	31/12/2025
Relações Interfinanceiras	3.937
Créditos Vinculados	3.937

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pela sua Classificação por Carteira (C1 a C5), faixa de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas do mercado. A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021.

a) Sendo a classificação das operações de crédito a seguinte:

Operações de Crédito	31/12/2025		
	Circulante	Longo Prazo	Total
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	4.503	0	4.503
Saldo Contratual	4.503	0	4.503
(-) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	75	0	75
(-) Perda Incorrida Associada ao Risco de Crédito	30	0	30
(-) Perda Adicional Associada ao Risco de Crédito	1	0	1
(-) Provisão de Perdas	106	0	106
Saldo Contábil Líquido	4.397	0	4.397
Classificação Contábil	Custo Amortizado		

b) Sendo sua Composição da Carteiras de Operações de Crédito a seguinte:

	31/12/2025
Composição de Carteira de Operações de Crédito	4.397
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	4.397
Direitos Creditórios Descontados	4.397

c) Sendo a Classificação por estágios de Risco de Crédito a seguinte:



	31/12/2025
Classificação por Estágios de Risco de Crédito	4.503
Metodologia Simplificada – Ativos Não Problemáticos	4.503
Direitos Creditórios Descontados	4.503

d) Sendo a Classificação por Carteiras de Crédito a seguinte:

	31/12/2025
Classificação por Carteiras de Provisão	4.503
Carteira C5	4.503
Não Problemáticos	4.453
De 0 a 14 dias de atraso	4.425
De 31 a 60 dias de atraso	28
Problemáticos Inadimplidos	50
Inadimplido – período igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	22
Inadimplido – período igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	4
Inadimplido – período igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	24

8. PERMANENTE

O ativo permanente da instituição é composto por equipamentos de processamento de dados e sistemas de processamento de dados adquiridos com taxa de depreciação/amortização de 20% a.a.

	31/12/2025
Permanente	14
Equipamentos de Processamento de Dados	4
Sistema de Processamento de Dados	23
(-) Depreciações/ Amortizações Acumuladas	-13

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

* Valores expressos em reais

Capital Social



O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 9.230.769,00 (nove milhões, duzentos e trinta mil, setecentos e sessenta e nove reais), representado por 9.230.769,00 (nove milhões, duzentos e trinta mil, setecentos e sessenta e nove reais) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

No semestre a empresa cancelou a operação do aumento de capital no valor de 2.007.692,00 (dois milhões, sete mil, seiscentos e noventa e dois), que havia dado entrada no Banco Central, esse valor foi devolvido aos acionistas da empresa.

Resultado do Exercício

O resultado no segundo semestre de 2025 foi de lucro de 273.926,89.

Ajustes Realizados em Operações de Créditos

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a empresa revisou a classificação e mensuração de seus ativos financeiros. Como resultado dessa reavaliação, identificou-se uma redução total de R\$ 48.779,12 no patrimônio líquido, decorrente da reclassificação da mensuração inicial de provisões ativas. Essa reclassificação reflete de maneira mais adequada o valor justo desses instrumentos financeiros, alinhando-os às práticas contábeis internacionais e proporcionando uma representação mais precisa da posição financeira da empresa

10. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As Outras Despesas Administrativas seguem a seguinte composição:

Outras Despesas Administrativas	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Aluguéis	(6)	(12)
Processamento de Dados	(692)	(1.362)
Serviços do Sistema Financeiro	(9)	(19)
Serviços Técnicos Especializados	(94)	(184)
Serviços Terceiros	(1)	(4)
Depreciação e Amortização	(3)	(6)
Outras Despesas Administrativas	(9)	(13)
Total	(814)	(1.600)



11. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Abaixo a composição das Despesas Tributárias;

Despesas Tributárias	01/07 a	01/01 a
	31/12/2025	31/12/2025
Cofins	(53)	(87)
Pis	(8)	(14)
ISS	(13)	(25)
Tributos e Taxas	(3)	(9)
Total	(77)	(135)

12. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

*Valores expressos em reais

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. Ela encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 198,33% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de dezembro de 2025 em R\$ 9.208.881,48.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 31/12/2025 foi autorizada pelos acionistas da **G5 Sociedade de Crédito Direto S.A.**, em 05 de março de 2026.



AUDITORES
INDEPENDENTES

HÁ MAIS DE 49 ANOS AUDITANDO COM EXCELÊNCIA E CREDIBILIDADE

RELATÓRIO DO AUDITOR
INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

G5 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

31 de dezembro de 2025



AUDITORES
INDEPENDENTES

Desde 1976

relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 13 de abril de 2026.

VGA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

GUILHERME
LUIS
SILVA:81246749
904

Assinado digitalmente por GUILHERME
LUIS SILVA:81246749904
ND: C=BR, CN=GUILHERME LUIS
SILVA:81246749904, O=ICP-Brasil,
OU=AC Instituto Fenacon RFB
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.04.13 11:16:40-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.3.0

Guilherme Luis Silva
Contador CRC/SC 19.408/O-2



AUDITORES INDEPENDENTES

HÁ MAIS DE 49 ANOS AUDITANDO COM EXCELÊNCIA E CREDIBILIDADE